

Adunicamp

Publicação da Associação de Docentes da Unicamp • Campinas, São Paulo Nº 01 • 23/02/2002

DOCENTES AMEAÇADOS POR ABSURDO PROCESSO CRIMINAL

No início da tarde do dia quatro de setembro de 2001, dois professores ousaram perguntar, educadamente, a dois soldados da Polícia Militar o que os havia trazido ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, onde trabalham. Conseqüência: os dois professores correm o risco de se tornarem réus em um processo criminal por injúria. Este “Boletim Especial” reúne todos os textos sobre o assunto, que já publicamos em boletins anteriores.

A gravidade deste incidente resulta fundamentalmente de seus desdobramentos, entre os quais se destacam: a queixa-crime, com representação (pedido de ação criminal), apresentada pelos soldados da PM à Polícia Civil e já encaminhada ao Fórum de Campinas; a carta do prefeito do campus (cargo de confiança do Reitor), parabenizando a PM pela sua atuação; e, sobretudo, a ausência de qualquer ação da Reitoria em defesa dos professores absurdamente acusados de injúria.

Recentemente, fomos informados que uma queixa-crime foi apresentada por um dos soldados diretamente ao Fórum, como uma ação privada. Ela ainda não foi objeto de nenhuma informação em nossos boletins anteriores. Nela, absurdo ainda maior. Os professores são acusados de racismo e responsáveis por frases do tipo: “você é preto, a sua raça não presta”, “aqui não é lugar para pessoas de sua raça”. O Juiz da Terceira Vara Criminal, que a recebeu, decidiu mandar apensá-la, por dependência, à queixa encaminhada pela Polícia Civil e distribuída à Segunda Vara.

Apresentados em ordem cronológica, os textos aqui reunidos atestam, em primeiro lugar, a nossa moderação. Embora, desde o início, consciente da gravidade do que estava acontecendo, a ADUNICAMP tudo fez para que o incidente em si fosse superado o mais rapidamente possível e para que uma discussão séria e democrática sobre a questão da Segurança no Campus fosse imediatamente iniciada. Estamos certos de que esse é o desejo da imensa maioria dos alunos e funcionários, docentes e não-docentes, da universidade. Infelizmente, em várias ocasiões, desde

o próprio dia quatro de setembro, a reitoria deixou claro que pensa muito diferente de nós.

Trata-se de mais um ataque à Autonomia Universitária. É certo que a PM passou a fazer rondas no campus por solicitação da Prefeitura da UNICAMP e da Reitoria. Porém, esse “plano de segurança”, implementado pela Administração Superior da Universidade, não foi objeto de discussão, muito menos de deliberação, pelo Conselho Universitário. A autonomia implica o respeito aos órgãos colegiados e à democracia interna na Universidade.

“Trata-se de mais um ataque à Autonomia Universitária. (...) esse ‘plano de segurança’, implementado pela Administração Superior da Universidade, não foi objeto de discussão, muito menos de deliberação, pelo Conselho Universitário. A autonomia implica o respeito aos órgãos colegiados e à democracia interna na Universidade.”

Um caderno especial do “Jornal da Unicamp” - recentemente publicado e também ainda não examinado em nossos boletins - apresenta-se como “representativo” da polêmica sobre a questão da segurança no campus, mas reserva cerca de 90% de seu espaço ao apoio às posições defendidas pela Reitoria. Nem sequer menciona as decisões de duas Congregações da Universidade que, por unanimidade, apoiaram os professores envolvidos no incidente, pediram a demissão do prefeito do campus e repudiaram o comportamento da Reitoria. Nenhuma palavra

sobre as outras manifestações de solidariedade que os professores receberam, nem sobre a versão deles sobre o incidente.

As decisões das Congregações do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e do Instituto de Estudos da Linguagem, assim como outras manifestações de solidariedade, foram por nós publicadas e estão neste “Boletim Especial”, ao lado de vários textos da própria ADUNICAMP. O tom da crítica à Reitoria, como não poderia deixar de ser, é crescente. Estamos indignados com o que está sendo feito com os nossos colegas e convencidos da importância do incidente no qual eles foram envolvidos, tanto para a UNICAMP, quanto para a universidade em geral e para toda a sociedade brasileira: um exemplo de como os donos do poder - em todos os níveis - manipulam a questão da segurança para restringir ainda mais as liberdades democráticas e os direitos civis em nosso país.

Por isso, decidimos lançar este “Boletim Especial”.

INCIDENTE ENTRE DOCENTES E POLICIAIS NO CAMPUS

No último dia quatro de setembro, a ADUNICAMP foi informada sobre um incidente ocorrido perto do IFCH, envolvendo dois docentes da Unidade e policiais militares. Os professores, ao perceberem a presença de uma viatura com dois PM's armados, no estacionamento do Instituto, perguntaram aos policiais as razões para tal situação. Essa iniciativa gerou constrangimentos para ambas as partes.

A diretora associada do IFCH, professora Rita Morelli, ao tomar conhecimento do caso, enviou ofício ao prefeito do campus, professor Orlando Fontes Lima Júnior, que, por telefone, a informou que havia recebido queixa dos policiais por desacato. O prefeito ainda afirmou que a presença da polícia na Universidade era necessária.

Os policiais registraram, no 7º Distrito Policial, boletim de ocorrência contra os professores, alegando crime de injúria.

No dia 14 de setembro, a ADUNICAMP enviou ofício à reitoria, solicitando esclarecimentos sobre a presença de policiais no campus, uma vez que o assunto não foi discutido com a comunidade.

Esse episódio toca numa questão extremamente complexa e delicada para todos nós. O problema da segurança no campus tornou-se premente nos últimos tempos. Porém, precisamos tomar cuidado com as soluções apressadas. É necessária a abertura imediata de um amplo debate que envolva toda a comunidade para a definição de um plano de segurança adequado às nossas peculiaridades.

(Boletim da ADUNICAMP Nº 22 - 24/09/2001)

FOTOCÓPIA DA CARTA DO PREFEITO DO CAMPUS ENVIADA AO COMANDANTE DA 3ª CIA DA PM DE CAMPINAS

 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
PREFEITURA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA "ZEFERINO VAZ"
C. Postal: 6047 ☎ - (019) 3788-4608 Fax: (019) 3788-4609
Cidade Universitária "Zeferino Vaz", 04 de setembro de 2001

Of. Prefeitura nº 1131/2001

Ilmo. Senhor
Gilmar Ferreira Furtado
DD. Capitão Comandante da 3ª CIA.
Campinas

Prezado Capitão,

Lamentamos profundamente o incidente ocorrido em 04/09/01, com o soldado Adão desta Corporação no interior do Campus da UNICAMP.

Gostaríamos de manifestar o total apoio as operações que a Polícia Militar vem desenvolvendo e parabenizar tanto este soldado quanto os demais pelas atividades que realizam no interior do Campus.

Sendo o que se apresenta para o momento, aproveito para apresentar minhas cordiais saudações.

Cordialmente,


Prof. Dr. Orlando Fontes Lima Júnior
Prefeito do Campus

RELAÇÕES PERIGOSAS

A dimensão que ganhou o incidente ocorrido no último dia 4 de setembro nas proximidades do IFCH, entre dois docentes da Unidade e policiais militares, é prova de que a Universidade não pode adotar soluções apressadas para uma questão delicada e complexa como essa. Se o número de delitos registrados no campus nos últimos tempos atingiu proporções alarmantes, cabe à Universidade fazer diagnósticos sobre a situação e definir um plano de segurança adequado ao perfil da instituição. As medidas de segurança adotadas pela administração não atendem a esse pré-requisito. Já é tempo de avaliarmos os custos e a eficácia da segurança terceirizada que faz a guarda permanente do campus e a fiscalização nas guaritas. Quanto às rondas diárias de viaturas da Polícia Militar, mesmo que a prefeitura apresente dados que demonstrem resultados positivos quanto à redução de determinados delitos, elas geram situações que podem desencadear incidentes ainda mais graves.

O que mais nos surpreende é a posição que a Reitoria e a Prefeitura vêm assumindo em relação ao fato ocorrido no IFCH. O ofício do prefeito ao comandante da 3ª Cia, lamentando o incidente e elogiando a conduta da polícia, certamente motivou os soldados envolvidos a registrarem Boletim de Ocorrência contra os docentes. Como membro da Administração Central da Universidade, o prefeito deveria, pelo menos, ter ouvido os professores antes de emitir qualquer opinião a respeito do fato. Como ressalta o documento da Congregação do IFCH, essa atitude “fere um preceito de conduta básico, requisito mínimo da vida democrática”, que é ouvir as partes envolvidas antes de emitir qualquer julgamento. Além disso, a Reitoria constituiu uma Comissão de Sindicância e está convocando os professores para “prestar declarações a respeito dos fatos”. Avaliamos essa medida como um ato de profundo desrespeito, não apenas aos dois docentes envolvidos nessa situação constrangedora, como a toda comunidade universitária.

Por fim, a iniciativa de solicitar a presença cotidiana da PM na UNICAMP, que parece não estar apoiada em nenhuma deliberação do CONSU, fere a autonomia universitária. Num passado ainda recente, os campi universitários eram reconhecidos pela comunidade como território livre. Não podemos, sob pretexto de garantir a segurança na Universidade, trazer para o seu interior uma instituição ligada ao aparato repressivo do Estado, sem a definição de critérios que delimitem sua atuação quando necessária. Portanto, é o momento de iniciarmos um amplo debate que envolva os três segmentos da comunidade para definir um plano de segurança para a Universidade que considere as nossas peculiaridades, as nossas necessidades, e que respeite o princípio da autonomia universitária garantido pela Constituição Federal.

(Boletim ADUNICAMP Nº 23 - 01/10/2001)

CONGREGAÇÃO DO IFCH APROVA MOÇÃO EXIGINDO EXONERAÇÃO DO PREFEITO

No dia 4 de setembro de 2001, os professores Angela Araújo e Sérgio Silva, ao se depararem com uma viatura policial estacionada no IFCH buscaram se informar das razões da presença dos policiais no Instituto. De forma polida, fizeram suas indagações aos dois soldados da PM que, por sua vez, responderam de forma pouco amistosa. Um dos soldados reagiu de forma grosseira levantando a voz e ao entrar na viatura retirou o revólver do coldre, apontando-o para cima. Retirando-se dali, os policiais queixaram-se ao Prefeito do campus, que no mesmo dia escreveu ao Capitão da guarnição em apoio às atividades da PM no campus. Os soldados, em seguida fizeram um Boletim de Ocorrência na Delegacia de Polícia acusando os dois docentes de terem praticado “crime de injúria”, ao qual anexaram a referida carta do Prefeito. Nos dois dias que se seguiram, os dois policiais militares retornaram ao IFCH, permanecendo ali por várias horas, numa ronda ostensiva e intimidatória.

Diante destes fatos, a Congregação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, reunida em sua 66ª Sessão Extraordinária neste último dia 26 de Setembro de 2001, decidiu manifestar sua indignação face a:

1) a atitude do Prefeito do campus Universitário que, sem ouvir os docentes acima referidos, enviou carta ao Capitão Comandante da 3ª Companhia de Campinas lamentando “profundamente” o ocorrido e parabenizando um dos soldados envolvidos no episódio bem como a PM pelas atividades desenvolvidas no campus. Esta atitude é inaceitável pois fere um preceito de conduta básico, requisito mínimo da vida democrática, de ouvir os docentes envolvidos antes de tomar qualquer atitude;

2) a atitude da Reitoria que, procurada pela Direção do IFCH, escolheu tomar a posição, nos contatos que manteve com o Comandante da Polícia Militar de Campinas, de garantir a permanência da ronda da PM no campus, não assumindo uma posição de defesa dos docentes, membros da comunidade universitária que dirige. Aparentemente a Reitoria preferiu garantir incondicionalmente a presença da PM no campus, ao invés de considerar os acusados inocentes até prova em contrário. Assistimos assim, uma vez mais, o desrespeito dos preceitos mínimos da vida democrática (considerar os acusados inocentes até provem o contrário) que deveriam ser cultivados na vida universitária.

Considerando que a atitude da Reitoria chocou profundamente a comunidade do IFCH, a Congregação decide exigir explicações de tal conduta.

Considerando, ainda, inaceitável a atitude do Prefeito do campus, a Congregação decidiu exigir a sua exoneração imediata do cargo.

(Cidade Universitária, 26/09/2001)

CONGREGAÇÃO DO IFCH COBRA ESCLARECIMENTOS DA REITORIA SOBRE A PRESENÇA DA PM NO CAMPUS

A Congregação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, reunida em sua 66ª Sessão Extraordinária neste último dia 26 de Setembro de 2001, vem por meio desta requerer averiguação sobre uma presumida resolução do Consu acerca da presença da Polícia Militar no *campus* desta Universidade. Sendo este o caso, gostaríamos de obter esclarecimentos sobre a data desta resolução, bem como sobre os termos pelos quais se rege o efetivo acordo entre a Universidade e aquela corporação.

Em qualquer circunstância, é decisão desta Congregação pedir inclusão em pauta para a próxima reunião do Consu de um item considerado imprescindível e inadiável, relativo ao problema complexo da manutenção da segurança no *campus*.

Ao confiar a segurança da comunidade universitária aos préstimos da Polícia Militar, o problema da segurança, inegavelmente delicado, tem em nosso entender recebido por parte das instâncias administrativas do *campus* uma apreciação equivocada, e isto por duas razões:

1) a presença da Polícia Militar no *campus* fere um princípio consuetudinário absolutamente consagrado na Universidade brasileira e internacional, cuja transgressão sempre implicou, e vem recentemente implicando, flagrante desrespeito aos mais intangíveis direitos civis. Trata-se, portanto, de princípio de autonomia universitária que deve ser diligentemente observado, e não apenas por razões abstratas, mas por encerrar ensinamentos preciosos para a convivência democrática no país;

2) por mais defensáveis que possam eventualmente ser os propósitos alegados para a convocação da Polícia Militar, é imperativo reconhecer que esta corporação não possui os requisitos básicos para o manejo eficiente das questões de segurança peculiares à vida do *campus*.

Assim sendo, esta Congregação posiciona-se por um reexame aprofundado, de cunho público, para que a comunidade, dispondo das informações necessárias, possa refletir e decidir a respeito desta grave questão. A Congregação do IFCH manifesta desde logo a sua posição contrária à presença da Polícia Militar no *campus* da Unicamp.

(Cidade Universitária, 26/09/2001)

POLÊMICA NA UNICAMP*

Na condição de diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, venho a público para repelir veementemente a hipótese aventada pelo Capitão Gilmar Furtado, da 3ª Companhia do 8º BPM, em entrevista a este jornal, publicada em 30 de setembro, segundo a qual os policiais militares que apresentaram queixa contra dois de nossos professores teriam sido alvo de discriminação racial por parte deles. Em primeiro lugar, porque conheço pessoalmente os professores Ângela Araújo e Sérgio Silva há muitos anos e posso testemunhar em favor do caráter ilibado dos dois e de quanto qualquer hipótese desse tipo é absolutamente impensável, pois suas atitudes sempre foram democráticas e pluralistas. Em segundo lugar, porque a denúncia dos preconceitos sociais de toda espécie tem sido um dos subprodutos morais e políticos mais importantes do conhecimento produzido pelas ciências humanas, das quais tanto eles como nós mesmos somos praticantes, o que torna a hipótese, além de injusta para com as pessoas dos professores em questão, ofensiva a toda a nossa tradição disciplinar e ao próprio IFCH, como atesta a história do Instituto. Em terceiro lugar, porque foi justamente por estarem acostumados aos princípios igualitários que regem a vida acadêmica que nossos professores se sentiram seguros para interpelar os policiais militares, com naturalidade, a respeito das razões de sua presença

no Instituto. Faltava-lhes a informação de que a PM vem fazendo ronda preventiva no campus universitário há algum tempo, e bem que poderiam ter recebido essa informação dos policiais militares como resposta, com o que teria se travado e se encerrado ali mesmo mais um diálogo democrático. Infelizmente não foi isso o que ocorreu: sentindo-se desacetados com aquela interpelação, os policiais militares apelaram para a força do Poder Policial e hoje assistimos estarrecidos aos constrangimentos pelos quais nossos colegas vêm passando, constrangimentos esses que culminam agora nessa triste e absolutamente injusta insinuação de discriminação racial. A eles, nossa total solidariedade. Aos policiais que os acusaram, nosso pedido para que desarmem seus espíritos e compreendam que tudo não passou de um grande mal-entendido, fruto de as pessoas envolvidas terem experiências sociais tão diversas, acostumadas umas ao igualitarismo das comunidades acadêmicas e outras à hierarquia das corporações militares. E a todos os que puderem fazer algo para promover o entendimento entre as partes, um apelo para que o façam o quanto antes.

(* Texto do professor Rubem Murilo Leão Rego, diretor do IFCH – UNICAMP, publicado no jornal “Correio Popular” do dia 03/10/2001, na seção “Correio do Leitor”).

ADUNICAMP COBRA DA REITORIA APOIO AOS DOCENTES DO IFCH

A diretoria da ADUNICAMP, frente aos desdobramentos do incidente entre os docentes do IFCH, Ângela Araujo e Sérgio Silva, encaminhou à Reitoria, no dia três de outubro de 2001, o seguinte o ofício:

Of. Nº 23/001 - AD

Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, 3 de outubro de 2001.

Ilmo. Sr.

Prof. Dr. Hermano Tavares

Magnífico Reitor da Unicamp

Prezado Senhor Reitor,

A Adunicamp vem acompanhando os desdobramentos do incidente ocorrido nas dependências do IFCH, envolvendo os colegas docentes Sérgio Silva e Ângela Araujo e dois soldados PM, no último dia 4 de setembro. Causa-nos grande preocupação a atuação da Administração Central da UNICAMP nesse caso. Em primeiro lugar, consideramos precipitada e equivocada a atitude do Prefeito do Campus de encaminhar ofício ao Comandante da 3ª Cia, em que lamenta o incidente e elogia a atuação da polícia na Universidade, sem ter ouvido os docentes. Não temos dúvida de que esse documento motivou os policiais a entrar com Boletim de Ocorrência contra os professores, por reforçar as denúncias feitas pelos policiais no inquérito instaurado.

Os Professores Doutores Ângela Araujo e Sérgio Silva são dois cientistas sociais de notório reconhecimento no país e trabalham na UNICAMP há cerca de duas décadas, sem que sobre eles paire alguma pecha de irresponsabilidade ou acusação de posturas irrefletidas. Invocamos o testemunho do professor Hermano Tavares, Reitor, que com eles construiu momentos políticos importantes na história da UNICAMP e da ADUNICAMP. A prudência requer que todo dirigente em situações de conflito, antes de tomar qualquer decisão, tem o dever moral de ouvir as partes envolvidas antes de tomar iniciativas ou decisões. Neste caso, em função do histórico das pessoas envolvidas, o fato de não obedecer a esse preceito ético básico levou a um agravamento do que certamente seria um incidente de menores proporções.

Em segundo lugar, em reunião solicitada pelo Diretor do IFCH com o Reitor e o comandante da PM em Campinas, cujo objetivo era buscar uma solução negociada para o caso, o Reitor, também sem ter ouvido os docentes, limitou-se a manifestar seu apoio à presença da polícia no campus ao invés de defender os colegas e propor um fim para a crise.

Por fim, equivocadamente, a Reitoria constituiu uma Comissão de Sindicância, em uma atitude sem precedentes na história desta Universidade. Qual o sentido dessa Comissão? Se fosse para colher informações, bastaria um civilizado convite aos colegas que se colocariam à disposição para apresentar a sua versão dos fatos. De outra forma, põe-se em curso uma engrenagem burocrática repressora ou, no mínimo, fomentam-se constrangimentos. Ressalte-se que a mesma Comissão, que convocou os docentes a prestar declarações, não tem poderes para convocar a outra parte, os policiais militares, deixando evidente a sua limitação para atuar. De outro lado, a nomeação da Comissão pode ser entendida pela comunidade universitária como uma manifestação de desconfiança da Administração com relação aos colegas. Queremos deixar absolutamente claro que não temos nenhuma restrição aos colegas que foram designados para compor a Comissão, que em última instância têm a delicada responsabilidade de conduzir um processo de sindicância, preservando a reputação ilibada dos nossos colegas, cuja contribuição acadêmica à Universidade é notória.

Tendo em vista a repercussão que este acontecimento vem tendo no interior da Universidade e fora dela, com prejuízos pessoais e institucionais evidentes, a ADUNICAMP considera que Reitor deve cancelar a portaria que criou a Comissão de Sindicância.

Atenciosamente,

José Roberto Zan
Presidente

A COMUNIDADE ADVERTE: CENSURAR É PREJUDICIAL À “UNIVERSIDADE SAUDÁVEL”

Em mais uma espantosa e inesperada atitude, a Reitoria susta a publicação do abaixo-assinado de docentes do IFCH no “Jornal da Unicamp”, já acordada com a Assessoria de Imprensa. Alegação: a matéria não se enquadra na linha editorial da publicação. Como interpretar tal fato?

Começando pelo começo: não se enquadra por quê? Porque o Reitor não quer, não gosta, não concorda? **Tudo indica que a realidade imita a arte: o “Jornal da Unicamp” é a voz do dono. E o Reitor é o dono da voz.**

Por favor, Senhor Reitor: nenhum passo mais adiante. Censurar é próprio dos regimes autoritários, pois impede a liberdade de expressão e de informação, silencia os discordantes e banaliza a vida social. Mais do que isso: é uma prática ilegítima, que rouba a dignidade daqueles que a sofrem.

E finalmente, exercitar a censura é apenas um dos instrumentos da violência dos poderosos. **Por isso, exigimos: nenhum passo mais adiante.**

Ainda que surpresos e indignados, infelizmente, cabe reconhecer que

a presente atitude da Reitoria é coerente com outras já manifestadas anteriormente. Assim é que, se a repressão policial sofrida por docentes, funcionários e estudantes no dia 13/04/2000 no pátio da Secretaria de Ciência e Tecnologia não mereceu nenhum comentário, por ocasião da truculência da Tropa de Choque na avenida Paulista (18/05/2000), o Reitor, em nota pífia, apenas lamenta “a violência ocorrida” e pede, tolamente, a todos que “evitem atos que contribuam para o desentendimento...”.

Mais grave, por ofensivo e desmoralizador, foi o texto do “Reitoria Comunica”, de 14/08/2000, que caracteriza os estudantes da moradia como libertinos e vândalos, pela prática de “atos de violência, atentado ao pudor, vandalismo, perturbação da tranquilidade local e do bairro, agressão a funcionários da segurança, consumo de drogas em público...”. Mais explícito e ameaçador, cabe lembrar que a polícia foi chamada pela Admi-

nistração Central para garantir a reintegração de posse de residências na Moradia Estudantil. E, ainda, a mesma Reitoria acionou a justiça contra o STU com uma ação que previa multa por dia de greve, proibia o uso de carro de som e colocação de faixas no campus.

O incidente que envolveu docentes do IFCH tem sua origem na decisão imperial do Reitor de chamar a polícia para o campus. Ao se pronunciar publicamente sobre o ocorrido, ele

o interpreta como produto de “culturas diferentes”. Mais do que apelar para um psicologismo barato, o Reitor explicitou desrespeito pela autonomia universitária e desprezo pela cultura universitária, vivida por gerações: “Polícia no campus só com vestibular”, senhor Reitor.

Em 2002, teremos a eleição de um novo Reitor. O debate sobre segurança no campus vai exigir respostas claras dos candidatos. A comunidade deve ficar atenta à questão.

(Boletim da ADUNICAMP Nº 25 - 19/10/2001)

CARTA DOS PROFESSORES DO IFCH SOBRE UM “INCIDENTE” COM A PM NO CAMPUS

Em ofício dirigido ao Capitão Comandante da 3ª Companhia da Polícia Militar, no dia 4 de setembro último, o Senhor Prefeito da Cidade Universitária, Prof. Orlando Fontes Lima Júnior, lamentou a ocorrência de um “incidente” com um soldado daquela corporação em nosso *campus*. Como tivemos conhecimento, esse “incidente” envolveu dois professores e dois soldados da Polícia Militar. No ofício, o Senhor Prefeito manifestou “total apoio às operações” da PM no *campus*, fazendo questão de parabenizar, de forma enfática, a conduta de um dos soldados no episódio. Se esta autoridade de nosso *campus* tivesse ouvido a outra parte - no caso, os professores do IFCH, Ângela Araujo e Sérgio Silva -, certamente seria menos incisivo no elogio que fez à ação do soldado; possivelmente deixaria também de emitir, em seu Ofício, o implícito juízo negativo à participação dos dois colegas no “incidente”.

Como vários funcionários e estudantes puderam testemunhar, os dois professores - diante da presença de uma viatura policial estacionada próxima ao IFCH - buscaram se inteirar das razões deste inusitado fato. De forma educada e responsável, fizeram suas indagações aos dois soldados da PM; por sua vez, estes interpretaram as simples perguntas como “desacato à autoridade” e, de forma inamistosa, questionaram ruidosamente o procedimento dos docentes. No dia seguinte, os dois soldados retornaram ao IFCH, permanecendo ali por algumas horas sem que nenhuma justificativa existisse para isso.

Não satisfeitos ainda com estas ações, os dois membros da corporação militar deram queixa no *Sétimo Distrito Policial de Campinas* contra os dois docentes. Os colegas Ângela Araujo e Sérgio Silva, após serem ouvidos pelas autoridades policiais, poderão - dependendo da decisão do Promotor de Justiça - responder a um

processo judicial por “*crime de injúria*”.

Os docentes abaixo-assinados manifestam seu repúdio pelos fatos ocorridos, particularmente pela forma arbitrária pela qual os dois docentes foram tratados por estes membros da corporação militar e pelas autoridades dirigentes de nossa Universidade. Nosso protesto ainda mais se justifica pelo insólito deste episódio que poderá levar os dois colegas do IFCH a responderem a um processo judicial, como se infratores fossem.

SIGNATÁRIOS: Ana Maria de Niemeyer, Amneris Maroni, Angela Tude de Souza, Arley Ramos Moreno, Armando Boito Jr., Bela Feldman-Bianco, Bruno Speck, Caio N. de Toledo, Cláudio Batalha, Cristina Meneguello, Daniel J. Hogan, Denise Pirani, Edgard De Decca, Élide Rugai Bastos, Emília Pietrafesa, Evelina Dagnino, Fátima R. Évora, Fernando Lourenço, Gilda Gouvêa Portugal, Guita Debert, Guillermo Raul Ruben, Hector Benoit, Heloisa Pontes, Italo Tronca, João Quartim de Moraes, John Monteiro, José Carlos Oliveira, José Marcos da Cunha, Josué Pereira da Silva, Laymert Garcisa dos Santos, Leila da Costa Ferreira, Leôncio Martins Rodrigues, Lucas Angioni, Luiz B. Orlandi, Luiz R. Monzani, Luiz Marques, Marcelo Ridenti, Márcio Bilharinho Naves, Marcos Nobre, Marcos Muller, Margareth Rago, Maria Lygia de Moraes, Michael Hall, Nádia Farage, Osmar Ribeiro Thomas, Osmyr Gabbi Jr., Oswaldo Giacóia Jr., Rachel Meneguello, Reginaldo Moraes, Renato Ortiz, Ricardo Antunes, Rita Morelli, Roberto Romano, Robert Slenes, Rosana Baeninger, Sebastião Velasco e Cruz, Shiguenoli Miyamoto, Sidney Chalhoub, Silvia Lara, Stella Bresciani, Suely Kofes, Tom Dwyer, Valeriano M. de Almeida, Vanessa Lea, Vera Pacheco Borges e Walquíria Leão Rego.

(Cidade Universitária, 19/10/2001)

NOTA À CARTA

Esta carta foi enviada, originalmente, para o “Jornal da Unicamp”. Em contatos telefônicos e mensagens eletrônicas com a Assessoria de Comunicação da Reitoria, foi assegurado aos professores do IFCH que - face à relevância e interesse da matéria - o abaixo-assinado seria publicado no jornal.

Posteriormente, o Chefe de Gabinete da Reitoria, professor Rui Albuquerque, contrariando o encaminhamento da Assessoria de Comunicação, informou que, por razões editoriais (não-publicação de abaixo-assinados), a carta não poderia ser publicada pelo “Jornal da Unicamp”.

APOIO INTERNO E EXTERNO AOS DOCENTES DO IFCH

Ciudad Universitaria, a 20 de noviembre de 2001.

RECTOR Y PRESIDENTE DEL CONSEJO
UNIVERSITARIO

Universidad de Campinas
Brasil

P r e s e n t e

Magnífico Rector:

La presente comunicación es para expresarle nuestra absoluta solidaridad con los profesores Sergio Silva y Ángela Araujo en su litigio con las autoridades de policía militar, relativo al incidente ocurrido el día 4 de septiembre del presente año en el campus de la UNICAMP.

Estamos enterados de que los profesores están amenazados de que sea iniciado un proceso judicial en contra de los mismos, en base a supuesto -y falso- desacato e injurias a la autoridad, tan sólo por haber requerido información a dos policías sobre las razones de su presencia en el estacionamiento del Instituto de Filosofía y Ciencias Humanas. Nos parece que el argumento de desacato e injurias a la autoridad por ese hecho es un procedimiento propio de períodos negros de la historia de nuestro continente. Por ende consideramos que se trata de una agresión a la propia institución universitaria, lo que constituye un hecho inadmisibles para los universitarios de toda América Latina.

Solicitamos que impulsado por principios democráticos fundamentales y por el resguardo de derechos humanos elementales, usted tenga a bien manifestarse del modo más enérgico en contra de tal atropello a los mencionados profesores. Pedimos que, en su calidad de presidente del Honorable Consejo Universitario, haga llegar nuestra solicitud al Consejo Universitario de la UNICAMP, así como a los demás consejos superiores de la Institución.

Suscriben esta misiva todos y cada uno de los profesores e investigadores del Centro de Estudios Latinoamericanos de la Facultad de Ciencias Políticas y Sociales de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM).

A t e n t a m e n t e.

“POR MI RAZA HABLARÁ EL ESPÍRITU”

DR. JORGE TURNER MORALES
Coordinador
Centro de Estudios Latinoamericanos, UNAM

Cc para:
Prof. Sergio Silva
Profa. Angela Araujo
Secretario de Derechos Humanos

Monsieur le Président du Conseil Universitaire de
l'Unicamp,

J'ai été informé de la situation kafkaïenne que subissent nos collègues Sergio Silva et Angela Araujo et j'ai notamment reçu la lettre que vous a adressé le CELA de la FCPyS/UNAM. De nombreux chercheurs suivent, sur un plan international, ce procès arbitraire et souhaiteraient voir les autorités universitaires défendre nos collègues d'un arbitraire digne d'une autre époque de l'histoire.

Veillez agréer, Monsieur le Président,
l'expression de mes sentiments respectueux,

Professeur B. Boris Vargaftig
Professor Honoris Cause da UNICAMP,
Membro Titular da Academia Brasileira de Ciências
Unité de Pharmacologie cellulaire,
Unité Associé Institut Pasteur INSERM U485

CONGREGAÇÃO DO INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

PARECER Nº. 115/2001

MOÇÃO SOBRE O INCIDENTE OCORRIDO NA UNIVERSIDADE ENVOLVENDO PROFESSORES DO IFCH E A POLÍCIA MILITAR

A Congregação do Instituto de Estudos da Linguagem em sua 112ª. Reunião Ordinária, decidiu, por unanimidade, manifestar sua indignação face aos recentes acontecimentos ocorridos no campus envolvendo professores do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e policiais militares.

A Congregação repudia:

a) a atitude do Prefeito do campus universitário ao enviar carta ao Capitão Comandante da 3ª Companhia de Campinas lamentando o incidente e parabenizando um dos soldados envolvidos no episódio bem como a PM pelas atividades desenvolvidas no campus – comportamento inaceitável pois tomado sem que se ouvissem os docentes, ferindo um preceito de conduta básico da vida universitária;

b) a atitude da Reitoria ao convocar um Comissão de Sindicância também antes de ouvir os docentes envolvidos;

c) a atitude da Reitoria ao furta-se ao debate amplo com a comunidade universitária sobre o sistema de segurança a ser implementado no campus.

Considerando que as atitudes da Prefeitura e da Reitoria chocaram profundamente a comunidade do IEL, a Congregação decidiu exigir explicações de tais condutas e exigir que se apresentem desculpas formais da instituição aos docentes do IFCH envolvidos no incidente e à comunidade universitária em geral. Considerando inaceitável a atitude do Prefeito, a Congregação decidiu também exigir sua exoneração imediata do cargo.

Cidade Universitária Zeferino Vaz, 17 de outubro de 2001.

Prof. Dr. Luiz Carlos da Silva Dantas

SEGURANÇA NO CAMPUS: UMA INSPIRAÇÃO JAPONESA

Em mais uma ação de sua clássica trajetória de não consultar a comunidade e nem os órgãos colegiados da Universidade, a Administração Central decidiu investir em um plano de segurança para o campus — como informa o Correio Popular de 13/11/2001.

Segundo o referido jornal, a PUC-Campinas, preocupada com a possibilidade de crescimento da violência e da criminalidade em função do funcionamento do Shopping Dom Pedro a partir de março de 2002, “elaborou um plano inovador de inspirado no policiamento comunitário japonês”, e propôs uma parceria à Unicamp e à direção do Shopping.

O plano prevê a construção, no campus I de “um imóvel de 80 metros

quadrados que servirá de moradia efetiva para um policial militar solteiro, destacado pela própria Polícia Militar” que, familiarizado com a comunidade, poderá identificar veículos e pessoas estranhas. Em reunião entre representantes das Reitorias das duas universidades, ficou decidido que: a Unicamp “fará a manutenção do imóvel da base comunitária e de duas viaturas de polícia que já fazem a ronda preventiva da cidade universitária” e a PUC, além do prédio-moradia, “se dispõe a equipar o imóvel com rádios, telefones e computadores”.

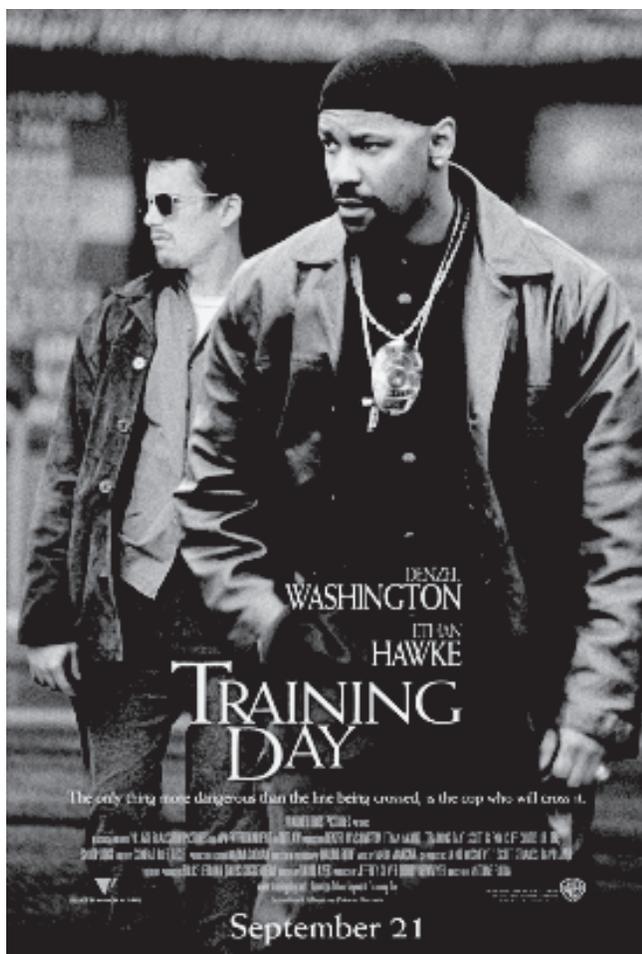
Poderão as duas comunidades dormir tranquilas com a decisão de seus dirigentes? Acharmos que não: polícia instalada no campus, munida de poderes que escapam às determinações

que regulamentam a vida da comunidade universitária, representa, na verdade, um motivo de grande inquietação. Parece que a experiência recente da Unicamp com a presença de polícia não produziu nenhum efeito positivo na compreensão da Reitoria em relação a uma proposta para a questão da segurança no campus.

A Reitoria deve explicação à comunidade e à iniciativa de iniciar um debate com a comunidade sobre a questão. Antes que um “plano japonês” seja adotado na Unicamp, a comunidade universitária deve exigir informações à Reitoria. O que o Conselho Universitário e as congregações pensam a respeito?

(Boletim ADUNICAMP Nº 28 - 03/12/2001)

SUGESTÃO DE FILME PARA A REITORIA:



Cartaz retirado do site: www.emerchandise.com/browse/TRAININGDAY/POSTER/s.bCIAbBWY

TRAINING DAY:

“The only thing more dangerous than the line being crossed, is the cop who will cross it.”

**Visite a home page da ADUNICAMP:
www.adunicamp.org.br**